

e de informática: inquérito ao emprego/acções de formação e análise de resultados; coordenação regional do II Recenseamento Agrícola dos Açores;

Atribuições específicas — conselho coordenador de informática INE/SREA/SREM; apoio à Secretaria Regional da Administração Pública dos Açores no processo de informatização: preparação do caderno de encargos, análise, estudo técnico-económico de avaliação e selecção das propostas; verificação de testes, selecção final, revisão de contratos de aquisição e manutenção de equipamentos; formadora do curso de informática para dirigentes.

Formação profissional — Seminário de Alta Direcção; SIADAP; contencioso administrativo; implementar programas de qualidade; auditoria e controlo interno; formação pedagógica de formadores; técnicas de mudança cultural na administração pública; comunicação e negociação nas organizações; análise de sistemas; planeamento e controlo de projectos.

Publicações — «Road Accidents in Portugal», artigo no *Journal of International Association of Traffic and Safety Sciences — IATSS Research*, Julho de 2000; *Estatísticas da Educação em Macau*, 1991; *1.º Inquérito ao Emprego em Macau*, 1989; *Inquérito ao Emprego nos Açores*, 1987 e 1988; *Resultados do II Recenseamento Agrícola dos Açores*, 1986.

Louvores — do Secretário Adjunto para a Administração, Educação e Juventude de Macau, publicado no *Boletim Oficial*, n.º 34, 2.ª série, de 21 de Agosto de 1996; do presidente do Instituto Politécnico de Macau, Agosto de 1996; do director do Serviço Regional de Estatística dos Açores, 1988.

Despacho n.º 12 544/2005 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de Viação de 12 de Abril de 2005:

Licenciado Osvaldo Francisco Gouveia Ribeiro — renovada a comissão de serviço no cargo de chefe de divisão de Trânsito e Veículos da Direcção Regional de Viação de Lisboa e Vale do Tejo, com efeitos a 13 de Abril de 2005, nos termos do previsto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

18 de Maio de 2005. — O Subdirector-Geral, *João Leitão*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Comando Metropolitano de Lisboa

Aviso n.º 5679/2005 (2.ª série). — Notifica-se o ex-agente M/133247, Frederico Carrondo Esteves, que, por despacho de 2 de Abril de 2005 do comandante do Comando Metropolitano de Lisboa, o processo disciplinar NUP 1999LSB00394DIS foi arquivado, no qual era arguido.

11 de Maio de 2005. — O Comandante, em substituição, *Pedro Alberto Nunes Teixeira*, subintendente.

Aviso n.º 5680/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 81.º do Regulamento Disciplinar da Polícia de Segurança Pública, aprovado pela Lei n.º 7/90, de 20 de Fevereiro, fica por este meio notificado o agente principal aposentado M/139.463, Eurico Silvino Monteiro Teles Ferreira, residente na Rua de São Paulo, 1, Lobelhe do Mato, Mangualde, de que no Núcleo de Deontologia e Disciplina do Comando Metropolitano de Lisboa, sito na Avenida de António Augusto de Aguiar, 20, 7.º, em Lisboa, se encontra pendente contra si o processo disciplinar n.º 1998LSB00019DIS, na fase de acusação, pelo que fica notificado, nestes termos, de que deverá apresentar a sua defesa escrita no Núcleo em referência no prazo de 60 dias a contar da data da presente publicação, podendo para o efeito consultar o referido processo dentro daquele prazo naquele serviço.

17 de Maio de 2005. — O Comandante, *Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira*, superintendente.

Aviso n.º 5681/2005 (2.ª série). — Notifica-se o agente principal aposentado M/126805, Joaquim Manuel Dias, que, por despacho de 26 de Março de 2005 do comandante do Comando Metropolitano de Lisboa, o processo disciplinar NUP 2002LSB00324DIS foi arquivado, no qual era arguido.

18 de Maio de 2005. — O Comandante, *Francisco Maria Correia de Oliveira Pereira*, superintendente.

Governo Civil do Distrito de Coimbra

Aviso n.º 5682/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Maio de 2005:

Isabel Maria Loreto dos Santos Lourenço, assistente administrativa do quadro de vinculação do distrito de Coimbra do Ministério da Educação — nomeada, por transferência, para idêntico cargo (escala 2, índice 209) do quadro privativo de pessoal do Governo Civil do Distrito de Coimbra, sendo exonerada do lugar que ocupa a partir da data do termo de aceitação da nomeação no novo cargo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Maio de 2005. — O Governador Civil, *Henrique Lopes Fernandes*.

Governo Civil do Distrito de Leiria

Aviso n.º 5683/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Maio de 2005 do secretário do Governo Civil do Distrito de Leiria, no uso de competência delegada:

Ana Paula da Cruz Alves, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito de Leiria — autorizado o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença, no período de 23 de Março a 22 de Maio, inclusive, do ano em curso.

24 de Maio de 2005. — O Secretário, *Júlio Coelho Martins*.

Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

Aviso n.º 5684/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º e da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, faz-se público que, autorizado por despacho de 27 de Abril de 2005 do director-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), ao abrigo da alínea *a*) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral com vista ao preenchimento de um lugar vago na categoria de técnico profissional especialista, grupo de pessoal técnico-profissional, carreira de assistente de gestão, do quadro de pessoal do STAPE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 15/89, constante do mapa anexo ao mesmo, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 9, de 11 de Janeiro de 1989.

1 — O presente concurso foi precedido de consulta através da BEP, no cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, que informou não existirem ofertas de emprego para a categoria a concurso, bem como a Direcção-Geral da Administração Pública informou não existir pessoal na situação de disponibilidade ou inactividade com o perfil adequado ao lugar a prover, através do ofício n.º 860, de 31 de Janeiro de 2005.

2 — Prazo de validade — o concurso é válido exclusivamente para o provimento da vaga indicada e caduca com o respectivo preenchimento.

3 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 248/85, de 15 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 184/89, de 2 de Junho, 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar, 427/89, de 7 de Dezembro, 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, 204/98, de 11 de Julho, e 141/2001, de 24 de Junho, e Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

4 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — O conteúdo funcional do lugar a prover consiste no exercício de funções de recolha e tratamento de elementos necessários à elaboração de projectos e execução de tarefas no âmbito da actividade eleitoral, definidos pelo Decreto-Lei n.º 15/89, de 11 de Janeiro.

6 — Local de trabalho — as funções inerentes ao lugar a prover serão exercidas na sede do STAPE, sita na Avenida de D. Carlos I, 134, 1249-104 Lisboa.

7 — Remuneração — a remuneração corresponderá à categoria posta a concurso resultante da aplicação dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, atenta a redacção introduzida pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.